



# CADERNO NOVA CARTOGRAFIA

## Desastres socioambientais das hidrelétricas no rio Madeira e a grande cheia de 2014

AGOSTO  
2014

PROJETO

**Mapeamento Social**

como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



# 6



A grande cheia do rio Madeira em 2014 foi experienciada como fator amplificador de desastres sociais e ambientais engatilhados com o início da instalação das UHEs de Santo Antônio e Jirau em 2008. O bioma, a cidade de Porto Velho e as barrancas povoadas por comunidades ribeirinhas centenárias já eram afetados pelas usinas antes mesmo da cheia de 2014.

O nexos causal entre fator gerador e dano não pode ser imediato e unilinear, pois o “fator gerador” em questão remete a implantação das grandes hidrelétricas mediadoras e potencializadoras de danos sociais e ambientais irreversíveis: redefiniram a calha e o leito do rio, o seu nível e velocidade, além das propriedades bioquímicas da água em toda a área de influência das usinas – cujo perímetro é sabidamente muito mais amplo que o assumido no EIA-RIMA.

Frente à naturalização do desastre, é preciso perguntar como se expandiu a mancha de inundação dos dois reservatórios no primeiro trimestre de 2014. A área de espraiamento da água e o tempo de residência dessas “águas excedentes” fora da calha do rio Madeira devem ser contrapostos ao histórico de consolidação dos reservatórios até dezembro de 2013, incluindo a alteração de cota máxima do reservatório de Santo Antônio. As variações de vazão abaixo de Porto Velho e seus efeitos de “arrasto” de barrancas, ilhas e baixadas devem ser correlacionadas com a operação das cotas a montante. Assim saberemos o quão singulares são as cheias em rios amazônicos com hidrelétricas.

A grande cheia foi, portanto, a culminância de desastres acumulados e justamente por isso não pode se converter em “afogamento” da memória deles.

**Registro de desmatamento da área do lago formado pela UHE Jirau na área do Ramal do “Arrependido”, georreferenciados na oficina de Cartografia Social realizada em Vila Jirau nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2013**



**Ademilton Alves Lopes, Comunidade da RESEX Lago Cuniã. Entrevista cedida em 17/04/2014, durante a Assembleia Popular dos Atingidos pelas barragens e enchentes no Rio Madeira**

## A grande cheia de 2014: desastre natural?

“Começou a alagar antes do normal, tudo muito descontrolado. Normalmente em março tava mais cheio. Agora foi mais cedo, mais cedo alagou tudo. Chegou e rápido, uma alagação ligeira, rápida, sem dar tempo de tirar as coisas da casa. As pessoas na margem do Madeira, São Carlos, Terra Caída contaram que quando anoiteceu, a água não chegava no assoalho, dava uma distância boa de uns 20 centímetros ou mais. Quando amanheceu o dia, já tava inundado, o assoalho tava alagado. Levantaram da cama pisando na água.”  
ADEMILTON ALVES LOPES, COMUNIDADE DA RESEX LADO CUNIÃ, ENTREVISTA CEDIDA EM 17/04/2014, DURANTE A ASSEMBLEIA POPULAR DOS ATINGIDOS PELAS BARRAGENS E ENCHENTES NO RIO MADEIRA

“Olha antes da cheia chegar lá no Baixo Madeira a gente plantava, a gente colhia as plantaço e a gente tirava os fruto e vendia na feira do produtor rural mas era uma vida de era uma alegria pra nós todos né que morava lá em Itacoã. [...] O peixe sumiu. O que era antes a gente não tem mais aquele peixe que tinha antes. Já começou o impacto logo nos começo dela [a usina]. A cheia antes enchia, mas não era o tanto que foi hoje. Hoje transpassou a calha do rio e pegou tudinho, tudo que era plano foi embora. Nós ficamo com medo logo que começou a encher que não era época de enchente. Foi dezembro e já começou a subir, aí eu até falei pro meu esposo “meu Deus do céu eu nunca tinha visto” já foi subindo, subindo, subindo aí quando a gente tentamo tirar as coisa de dentro da minha casa, não deu mais, já foi subindo de uma hora pra outra e não conseguiu tirar mais. Ficou tudinho lá dentro, minhas coisa que eu tinha. [...] A comunidade saiu sozinha: a comunidade de Itacoã não teve apoio da Defesa Civil. A gente veio cruzando, pegando as coisa de canoa, a gente cruzamos pra esse lado do rio que é a agrovila Aliança aí gente viemo de canoa, de rabeta que a gente não tinha embarcação grande. Por isso que a maioria das coisa ficou pra trás lá e perdeu.” ANA CÉLIA TRINDADE SENA, COMUNIDADE ITACOÃ, BAIXO MADEIRA. ENTREVISTA CEDIDA EM 17/04/2014, DURANTE A ASSEMBLEIA POPULAR DOS ATINGIDOS PELAS BARRAGENS E ENCHENTES DO RIO MADEIRA



**Igreja Católica submersa em São Carlos. Foto: Alan Kardec Coelho (MAB-RO), 2014**

“Com a chegada das hidrelétricas aqui, aí ficou tudo difícil pra gente. Porque a gente plantava, hoje em dia a gente não pode mais plantar mais. A Brasileira antes da hidrelétrica era uma comunidade que era uma comunidade pequena, tava crescendo, mas tinha uma quantidade de 80 família e todo mundo vivia da agricultura, trabalhava e todo mundo sobrevivia da agricultura e hoje não dá mais pra sobreviver da agricultura. O peixe antes tinha peixe e hoje não tem mais. O pouco que tem tá contaminado, tem muitas pessoas que come e começa a passar mal.” ALCINEI SILVA DOS SANTOS, COMUNIDADE DE BRASILEIRA, BAIXO MADEIRA. ENTREVISTA CEDIDA EM 17/04/2014, DURANTE A ASSEMBLEIA POPULAR DOS ATINGIDOS PELAS BARRAGENS E ENCHENTES DO RIO MADEIRA

## **Efeitos sociais provocados a partir da implantação das hidrelétricas no rio Madeira**

### **Deslocamentos compulsórios: as fracassadas tentativas de reassentamento**

A partir da construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio houve a desestruturação social das comunidades e famílias ribeirinhas deslocadas e afetadas pelos barramentos. Houve deslocamentos compulsórios de cerca de cinco mil famílias entre 2008 e 2012, a montante e a jusante. Mais da metade desses deslocamentos foi efetuado mediante indenizações ou cartas de crédito, o que implicou no imediato apagamento da memória de comunidades tradicionais.

Os “reassentamentos” organizados pelos consórcios (Novo Engenho Velho, Nova Teotônio, Nova Mutum, Vida Nova, Santa Rita, Riacho Azul), se tornaram inviáveis pela não reconstituição das condições de vida e de geração de renda anteriores.

- 93% dos entrevistados dos reassentamentos Santa Rita, Morrinhos, Vila Nova Teotônio e Nova Mutum Paraná afirmaram ainda não ter restabelecido suas fontes de renda.

Fonte: Auditoria foi realizada pelo Tribunal de Contas da União solicitada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC), que visitou os reassentamentos, 2013.

“A princípio dariam pra gente uma terra produtiva: 10 hectares produtiva e 40 de reserva que seria em bloco o mais próximo do assentamento. A terra não é produtiva, a gente tá tentando fazer ela ficar produtiva agora. Eles tão dando os insumos, que é uma competência deles. Eles passaram os insumos pra gente tentar corrigir. E quanto à reserva, essa é mais complicada ainda, porque não sabe quando vai ser, nem quando vai dar.” ARTUR RAPOSO DUARTE, ATINGIDO NO JOANA D’ARC E REASSENTADO EM SANTA RITA PELA SANTO ANTÔNIO ENERGIA, MILITANTE DO MAB E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTA RITA

“Já chorei muito, já arrumei minhas coisas, não sei quantas vezes pra ir embora, mas não tenho pra onde ir. E aí tô ainda na expectativa, quem sabe daqui mais uns anos a gente sai daqui ou, porque aqui eu acho que tá sem futuro. Aqueles coqueiros eu olho todo dia pra vê se cresce ao menos um centímetro, tá com bem dois anos, vamos fazer dois anos, dia dezessete de maio aqui, e eu ainda não tirei nada daqui”. EVANEIDE DE LIMA (MAB), ATINGIDA EM CALDEIRÃO DO INFERNO E REASSENTADA EM MORRINHOS PELA SANTO ANTÔNIO ENERGIA, 2013

“Já tentemo plantá milho, arroz, até lá no seu Pedro, ainda têm uns pezinhos de arroz, se quiser vê lá como não produz, a macaxeira só com adubo e a banana infelizmente não deu, a gente tem banana aí de dois anos e pouco, porque antes de mudar pra cá, nós já plantava né, aí mais não dá a banana.” PEDRINA BASTOS DA SILVA (MAB), ATINGIDA EM MORRINHO E DESLOCADA PARA O REASSENTAMENTO MORRINHOS PELA SANTO ANTÔNIO ENERGIA

“A renda tá vindo do trabalho que ele tá fazendo em Jaci, porque nada nós tamos tirando pra vender. O posto de saúde muitas das pessoas que daqui do Morrinho, daqui do Santo Rita que vão nos hospital, eles tão dizendo que aqui tem médico e não tem médico nenhum. Nós tinha tudo, nós vivia outra vida do que a de hoje né. A pena que lá eu morava num barraquinho, mas isso era mais melhor que ter uma casa assim e não ter o que mais a gente precisa, não adianta.” NOÊMIA COSTA (MAB), ATINGIDA EM JACI-PARANÁ REASSENTADA EM MORRINHOS PELA SANTO ANTÔNIO ENERGIA

## EFEITOS AMBIENTAIS QUE ATINGEM A POVO E COMUNIDADES TRADICIONAIS E A POPULAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA E AMAZONAS

1. *Acúmulo de sedimentos e assoreamento nos reservatórios, produzindo sobreinundações. Combinado com esses efeitos, o efeito remanso dos dois reservatórios produziu uma expansão gradual dos mesmos, alcançando uma mancha de inundação variável entre 350 e 500 km<sup>2</sup>, entre 50% e 80% superiores aos tamanhos previstos dos reservatórios.*
2. *Elevação do lençol freático produzindo encharcamento dos solos e contaminação da água potável em diversas regiões, como em Jaci-Paraná, onde há mais de 16.000 habitantes. Perda de qualidade da água do rio Madeira e formadores devido à lentificação da vazão e redução de oxigênio.*
3. *Aumento do potencial erosivo das águas a jusante, produzindo extensos desbarrancamentos na orla da cidade de Porto Velho e desestabilização das margens do rio dezenas de quilômetros abaixo. O bairro Triângulo, o mais tradicional da cidade, foi arrasado assim que as comportas de Santo Antônio foram abertas em 2012. No baixo Madeira, o que eram antes praias de várzea em que se praticava uma afluyente agricultura de vazante, agora é área desbarrancada ou em desbarrancamento.*
4. *Desmatamento de vegetação nativa com espécies endêmicas, inclusive em unidades de conservação que foram arbitrariamente redesenhadas. Redução de habitats para a fauna e flora, resultando na perda progressiva de biodiversidade.*
5. *Interrupção das rotas migratórias dos peixes com a instalação de sistemas de transposição de peixes inefetivos. Isso gerou uma drástica mudança no perfil da assembleia de peixes disponíveis a montante e a jusante, em detrimento da pesca artesanal comercial e também da pesca voltada para subsistência.*

## O aumento de problemas sociais nos distritos de Jaci-Paraná e Abunã

Os distritos situados no entorno das obras, como Jaci-Paraná e Abunã, tornaram-se grandes estoques de trabalhadores temporários e precarizados, reproduzindo essas condições em escala ampliada nesses locais. Criminalidade, estupros e exploração sexual de menores marcaram a vida dessas comunidades de forma perene.

## A criminalização das manifestações de trabalhadores nos canteiros de obras

Superexploração dos trabalhadores nos canteiros de obras, com jornadas duplicadas, condições de trabalho insalubres e inseguras, ocasionando a mutilação e morte de centenas de trabalhadores. Os Consórcios foram denunciados pelo Ministério Público do Trabalho por promoverem subcontratações em que vigoravam condições análogas à escravidão. Em 2011, uma greve seguida de uma rebelião dos trabalhadores da Usina de Jirau resultou na destruição e incêndio de toda a área de alojamento e refeitório da empresa.



### **Porto Velho em caos com onda de promessas e o suposto “progresso” trazido pelas usinas no rio Madeira**

A capital de Rondônia, Porto Velho, sofreu um inchaço súbito, passando de 300 mil habitantes antes do início das obras, em 2008, para 490 mil habitantes em 2014. Em poucos anos, a cidade foi desfigurada pela instalação dessas duas megaobras. Infindável especulação imobiliária na zona urbana e fundiária na zona rural. Trânsito violento e caótico: em 2011, Porto Velho ganhou a primeira posição das capitais com a maior taxa de óbito em acidentes de trânsito por 100 mil habitantes. (Fonte: Mapa da Violência 2013). Os já sucateados equipamentos sociais e urbanos de que a cidade dispunha foram saturados, sem que houvesse compensação proporcional que ampliasse as redes de saúde, ensino e segurança pública.

### **Mutum-Paraná, Nova Mutum e Vila Jirau: territorialidades em trânsito**

Com o início da instalação da hidrelétrica de Jirau, foram suspensas as tradicionais interações sociais e usos compartilhados do ambiente na chamada “Área de Influência” do empreendimento. Na área de formação do reservatório estava o rio Mutum e o distrito de Mutum Paraná, além de várias outras comunidades situadas em ramais, linhas e igarapés ao longo do rio Madeira até Abunã, na fronteira com a Bolívia. Aproximadamente 4 mil pessoas foram deslocadas compulsoriamente mediante remanejamento ou indenização/carta de crédito. As áreas de reassentamento não tinham pretensão alguma de proporcionar condições equivalentes àquelas em que viviam as comunidades deslocadas, como ficou claro na concepção espacial de Nova Mutum e de suas casas de placa. O reassentamento rural Vida Nova foi sendo gradualmente inviabilizado por falta de assistência técnica e acompanhamento. Até o próprio IBAMA teve que indeferir o Programa de Remanejamento da UHE de Jirau, exigindo sua completa revisão (Parecer Técnico 540/2013). Deslocamentos massivos das comunidades locais e de migrantes em busca dos empregos vinculados às obras da usina produziram desestruturação social, saturação dos já precários



**Da esquerda para direita: Senhor Pancada, em sua casa em Vila Jirau**

**Antiga Caixa D’água de Mutum Paraná, do período em que a localidade era entreposto de seringa, por onde passava a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Daniela Moreira e Paula Stolerman**

**Rio Mutum antes da formação do reservatório da hidrelétrica de Jirau. Fonte: Arquivo MAB-RO, 2007**

serviços de saúde e educação, acréscimo de violência, criminalidade e exploração sexual. Em contraponto, esforços mobilizatórios foram gerados tendo como norte a reapropriação social do território, ou seja, a retomada dos furos, entradas e igarapês não “afogados” pelo reservatório, das áreas de agroextrativismo e garimpo remanescentes.

“Era um lugarzinho de fartura. Naquela ilha ali... Você saía, tinha açaí, tinha peixe e tinha muito emprego. Tinha duas madeiras fortes lá, tinha as fazendas da região e duas entradas de garimpo.” SENHOR PANCADA EM SUA RESIDÊNCIA EM VILA JIRAU, 2013

## Mutum Paraná: a lembrança de um passado recente

Mutum Paraná era uma das muitas localidades como Palmeiral, ramal do Arrependido, Caldeirão do Inferno e Praia do Avião, das quais famílias e comunidades foram removidas para dar lugar ao reservatório da Usina Hidrelétrica de Jirau no rio Madeira.

Em sua área, encontra-se importante patrimônio histórico, além do grande valor simbólico ligado aos elementos identitários em sua forma específica de territorialização por sucessivas gerações. Sua origem está relacionada ao período de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e depois, ao ter sido ponto de parada para recolhimento do produto extraído nos seringais da região, durante o Ciclo da Borracha.

Em 2008, havia 1.800 habitantes em Mutum Paraná e este número passou a crescer muito com as expectativas geradas em relação aos empreendimentos, até que se deram o remanejamento e a evacuação do distrito em 2010. A população trabalhava principalmente em torno da extração e beneficiamento de madeira nativa, do garimpo, da pesca e do agroextrativismo. Também havia pequenos comerciantes e alguns funcionários públicos na sede urbana, além dos sítios e fazendas na área rural e pequena atividade turística.



Senhor Jonas com GPS no reservatório de Jirau

A localização de Mutum Paraná, entre Jaci-Paraná e Abunã, fazia com que servisse como ponto de apoio para várias outras comunidades ao longo da BR 364 e ao seu entorno, como: Linha Progresso, ramal do Brito, ramal Primavera, Projeto de Assentamento São Francisco e o garimpo São Lourenço.

“O problema daqui é as coisa natural que a gente tinha mais facilidade de sobreviver. Os responsáveis por essa barragem acabaram com tudo: destruíram o sonho que nós tinha para a eternidade, para os filhos, para netos e eles destruíram tudo. Futuramente os nossos filhos, os nossos netos não vão conseguir viver, que era a maior parte as coisas da natureza que oferecia pra gente né. Que é o açaí, a castanha, a bacaba e tantos outros frutos do mato, que a gente comia e mesmo a liberdade que a gente

tem. Um peixe, uma caça e a liberdade que a gente tem de ter um quintal para plantar as coisas.” SEU JONAS, VILA JIRAU, 2013

## Nova Mutum: a propaganda e a realidade

“Eles não cumpriram com o que eles trataram, também fizeram a proposta que iam dar emprego decente. Que iam botar indústria ali dentro... fábrica, para poder empregar a população de onde eles tinham removido, né. Até hoje nada disso aconteceu.” SEU JONAS

### A artificialidade da criação de Nova Mutum

Localizada na BR-364, a 100 Km de Porto Velho, Nova Mutum foi construída para abrigar

temporariamente os funcionários das empresas que formam o consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR). Além disso, tornou-se também reassentamento urbano para onde foram remanejadas as famílias de Mutum Paraná.

O tipo de casa, definido pelo empreendedor, é inapropriado ao clima e aos usos dos espaços na região amazônica, o que leva os reassentados a recorrerem ao ar condicionado, comprometendo não só o orçamento das famílias, mas também o seu cotidiano tradicionalmente compartilhado.

Não há acesso ao rio, áreas de pesca ou banho, extrativismo, criação ou agricultura. Nova Mutum, que antes era apresentada como novo “Pólo Industrial” de Porto Velho, recebeu temporariamente a Construtora BS Ltda, criada pelo próprio consórcio para fornecer-lhe casas de placa em série e depois foi levada à falência. A empresa foi instada pelo Ministério Público do Trabalho a interromper as atividades e indenizar as vítimas e consta na “Lista Suja do Trabalho Escravo”, MTE 2011.

Diante de tantas dificuldades, muitos remanejados têm desistido de permanecer no reassentamento urbano, aguardando a concretização de promessas como o Mercado Popu-



**Paredes pré-fabricadas das casas de Nova Mutum. Fonte: MAB- RO, 2013**



**“De volta às casas de madeira”. Casas construídas por reassentados ao lado dos galpões nos lotes afastados das casas de concreto em Nova Mutum Paraná. Fonte: MAB, 2013**

**Vila Jirau vista da BR**

lar, que ainda não foi entregue aos produtores da região. Entre mais de 300 famílias, cerca de 125 permanecem no local. Mesmo no reassentamento rural, feito como uma espécie de “anexo” à vila urbana, o quadro não é diferente.

## Vila Jirau: a busca de um lugar

“É o que eu tô dizendo, eu tive o direito de ganhar uma casa daquela lá. Mas não teve jeito! Ninguém vai roer parede! Eu não tenho ganho! Não teve jeito eu tive que vir para cá. Aqui eu sei plantar, sei colher, sei criar as criação, sei arrumar. Então hoje eu tenho de tudo! Minhas crianças eu hoje fico despreocupado.”  
GOIANO

“Eu tenho meu butequinho ali. Tenho meu caminhãozinho. E sair pra onde, lá vai a minha propriedade de novo? Que a usina já vai querendo me empurrar e eu empurrar com a barriga aquilo lá de novo e eu não sei o que vai dar. Tem tempo que eu to correndo, arrumar o que fazer no lugarzinho mais quietinho, e agora quando arruma tem que sair e para onde que vai?” SEU PANCADA

## Vila Jirau: a luta por reconhecimento

Para o poder público e o Consórcio Energia Sustentável do Brasil, a comunidade situada à beira da rodovia no Km 127 da BR 364 está fora do mapa. A ESBR não a reconhece como reassentamento de atingidos e como comunidade ameaçada pelas próximas etapas do processo de início de geração de energia da UHE Jirau.

A Vila Jirau é rodeada pelo igarapé Jirau, cuja foz encontra o rio Madeira na área de reservatório da hidrelétrica. Esse igarapé atraiu atingidos deslocados de outras comunidades. De um aglomerado de 30 residências, a população chegou a 2.000 pessoas e continua crescendo.

Alguns chegaram à região ainda no período da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Muitos foram operários da usina Jirau que não tiveram assegurado o direito a moradia. A maior parte é composta por ribeirinhos de Mutum Paraná, agroextrativistas deslocados de suas terras que buscam reaver o acesso às entradas do rio Madeira. Para Vila Jirau confluem aqueles que não tiveram qualquer direito garantido no deslocamento, os que receberam indenizações irrisórias e os que não se reconheceram em Nova Mutum.

## Relatório da Associação de Moradores do reassentamento rural Vida Nova

### Trecho final do documento da Associação

“Em março de 2011, foram entregues as propriedades sem condições de moradia, sendo que por opção de proposta da ESBR aos reassentados a escolha de construir uma casa no lote ou receber uma casa pronta na cidade de Nova Mutum.

A escolha da maioria foi uma proposta, pois muitas tinham filho na escola e outros fizeram barracos improvisados e mudarão para o lote. A empresa foi contra os reassentados que optaram por alugar e vender o imóvel, com isso cortou-se a verba de manutenção, prejudicando outros reassentados.”

[...]

Há dois anos que os moradores que foram remanejados pela ESBR estão sem renda.

Há dois anos que os moradores estão fora das Políticas Públicas (mais alimentos) por falta de documentação não dando os direitos aos produtores rurais.

Estamos esperando todos os reassentados estarem nas mesmas condições, precisa de soluções. Pois 13 reassentados já venderam a propriedade



A localidade já sofria com a ausência de serviços básicos, o que se agravou com novos fluxos de reassentados e de ex-operários das usinas, repetindo em menor escala o quadro da sede do distrito, Jaci Paraná.

**No reassentamento Vida Nova, linha de transmissão ao fundo do lote improdutivo e barraco servindo de cozinha improvisada ao galpão utilizado como moradia. Fonte: MAB-RO, 2013.**

## **Reassentamento Rural Vida Nova**

### **Reassentamento Rural Vida Nova em agonia**

“A proposta era sair lá da beira do rio.” Você quer urbano ou rural? “Aí eu assinei rural, eu não assinei urbano. Quando chegaram e falaram assim pra mim: “Vocês quer a casa que a gente construa no lote ou quer a casa na vila? “Eu não quero na vila, porque no lote eu quero a casa, mas eu quero é de madeira, não quero de placa não. Entendeu?” Dona Cleuza reivindicando em reunião com diretor do consórcio responsável pela UHE Jirau.

O único reassentamento rural oferecido aos atingidos da UHE Jirau possui 35 lotes, dos quais 14 já foram abandonados pelas famílias. Destes, dois já foram vendidos e dois sequer foram ocupados. Cada lote deve possuir 75 hectares, no entanto os 60 ha, equivalentes aos 80% de reserva legal não foram entregues ou demarcados; somente 15 ha foram propiciados em uma área inapropriada para a agricultura, antes utilizada como pastagem de gado.

Nos lotes rurais, não foram entregues moradias, mas sim em Nova Mutum, que fica entre 4 e 11 quilômetros de distância, dependendo da localização do lote. Pelo conceito de reassentamento do empreendedor, as famílias devem se deslocar diariamente, da “vila” às áreas de produção, mesmo sem garantia de transporte. Na “vila” também é onde ficam os pontos de acesso aos serviços públicos de saúde e educação e os estabelecimentos comerciais.

Os lotes deveriam ter toda infraestrutura necessária como rede elétrica, poço de água, bombas d'água, fossa, cerca, galpão para armazenamento de equipamentos e acessos. Os reassentados negam que o consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR) tenha cumprido com essas metas. Avaliações de diversos órgãos públicos como o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e o IBAMA confirmam esta interpretação

## O distrito de São Carlos no Baixo Madeira

Na região antes habitada por grupos numerosos de indígenas da etnia Mura, hoje distrito de São Carlos do Jamari no baixo Rio Madeira, a cerca de 100 km de Porto Velho, está ocorrendo uma reconfiguração da ocupação e das relações de sua população com o território. Não é a primeira vez que as comunidades da região passam por eventos abruptos que modificam profundamente suas formas de vida, mas nada semelhante aos acontecimentos mais recentes.

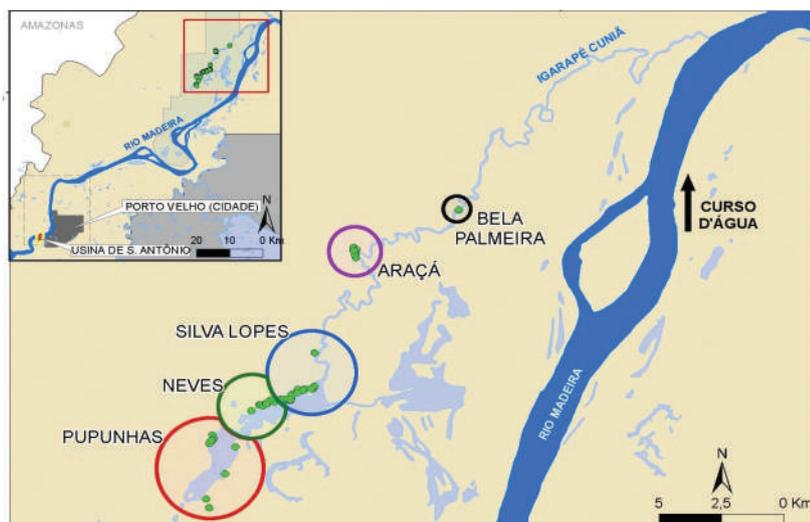
Os impactos consequentes da implementação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira já vinham trazendo enormes danos antes da grande cheia ocorrida no início de 2014, que superou todas as anteriores de que se tem notícias. Este evento foi resultado de uma confluência de diversos fatores, entre as interações desencadeadas pelos reservatórios dos barramentos e as hidrelétricas, que vêm aumentando, ao longo do tempo, a quantidade de turbinas em operação – o que vem mudando drasticamente o regime hidrossedimentológico do rio.

## Histórias do enraizamento

A ocupação que se deu com o processo de migração estimulada para a extração do látex, nos ciclos da borracha, provocou o massacre dos povos indígenas da região e depois persistiu à baixa gerada com a ascendência da concorrência da matéria-prima oriunda da oferta asiática. Passaram a se dedicar com mais empenho a ciclos produtivos diversificados de agroextrativismo oferecidos pelas condições naturais do ambiente, como a coleta da castanha do Brasil e do açaí, diferentes formas de pesca e a agricultura em terras firmes e vazantes, principalmente da mandioca e da macaxeira.

Com a chegada das embarcações com motores à combustão e da energia elétrica por meio de geradores a diesel, modificaram-se as formas de convívio comunitário, aumentando a capacidade produtiva das unidades familiares e o armazenamento de suprimentos essenciais graças à refrigeração. Com a chegada do motor de energia para abastecimento da vila de São Carlos e inserção de aparelhos públicos (escola e posto de saúde), muitos ribeirinhos que viviam em outras localidades, como no lago da Trindade e no igarapé do Tucunaré, hoje interior da FLONA Jacundá, mudaram-se para a vila de São Carlos.

### Núcleos da Resex Lago Cunã



## Choques na fronteira da destruição

Também houve outros ímpetus do avanço do capital na região, como na década de 80, durante um conjunto de iniciativas de integração da região (POLONOROESTE) orquestrada pelo governo militar e pelo Banco Mundial, em Rondônia, quando, além da BR 364 e dos Projetos de Colonização Integrados (PICs), foi construída a Usina Hidrelétrica de Samuel no rio Jamari.

A luta dos atingidos neste período, figurada pelo MAB-RO, que mais tarde irá compor a articulação nacional do MAB, é fundamental para a organização das famílias para os embates que se darão anos



FONTE: PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, JOÃO MARCOS DUTRA, 2014

depois com a rearticulação dos interesses nos aproveitamentos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau. Com a formação do enorme reservatório, comparável a outros grandes desastres socioambientais como o de Tucuruí no Pará e Balbina no Amazonas, houve o deslocamento de milhares de famílias, inclusive para a região do Baixo Madeira, onde a floresta

**Márcio, coordenador do MAB no Baixo Madeira, na colocação de seringa\_ onde morava com sua família no interior da FLONA Jacundá e extrativistas persistem utilizando os castanhais no interior da ESEC Cuniã**

dispunha fartamente de recursos naturais para a reprodução e desenvolvimento daquelas populações ribeirinhas. Algumas destas famílias tornam-se precursoras da organização do movimento na região.

A hidrelétrica de Samuel está localizada no rio Jamari, no município de Candeias. As águas deste afluente percorrem as proximidades de diversas comunidades até desembocar no baixo rio Madeira, em frente à Vila de São Carlos do Jamari, sede do distrito de Porto Velho. Seus efeitos a jusante trouxeram impactos irreversíveis às atividades pesqueiras.

Em outro momento, nos anos 90, emergem diversas iniciativas voltadas à conservação ambiental, buscando o disciplinamento e a imposição de uma lógica externa de usufruto dos recursos naturais e ocupação do território, das quais se destaca o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), que culminaram mais em um fortalecimento dos negócios agropecuários e madeireiros em detrimento dos povos e comunidades.

É neste período que surgem reações à tática de assimilação dos conflitos territoriais por meio da ambientalização das lutas e da criminalização pela fiscalização persecutória, como a resistência que resulta na criação da Reserva Extrativista Lago do Cuniã, em 1999. Ainda no início da década de 80, surge uma tentativa de expulsão das comunidades residentes ao redor do lago Cuniã para a criação de uma Reserva Ecológica pela SEMA.

A partir de 2000, as políticas ambientais como a criação das Unidades de Conservação (UCs) pelo SNUC, principalmente as de proteção integral, a exemplo da Estação Ecológica Cuniã, que compõe o mosaico Cuniã-Jacundá, continuaram a chocar-se com a lógica social e econômica das famílias que mantinham relações tradicionais e mediavam o acesso às áreas comuns, como a pesca nos lagos, e as que estavam aos cuidados de uma família determinada, como os castanhais.

## **A maior das enchentes**

Durante a enchente, muitas famílias saíram de suas casas sem qualquer auxílio do poder público para terras mais altas, outras foram retiradas às pressas pela Defesa Civil e perderam pertences e deixaram outros sob "trepeiros" elevados. A maioria dos moradores de São Carlos foi para Porto Velho, e parte deles não pretende mais voltar, como muitos jovens que encontraram ou procuram por algum emprego na cidade. Muitos ficaram alojados em

FOTO: ALAN KARDEC COELHO (RIBEIRINHO ATINGIDO, MILITANTE DO MAB-RO)



**Ginásio de São Carlos durante a enchente e jirau construído para abrigar pertences das famílias atingidas e mobilização no centro de Porto Velho, Avenida 7 de Setembro, em 18 de março de 2014**



FONTE: MAB-RO

abrigo improvisado em escolas e barracas de lona na cidade, outros em balsas de garimpo pelo rio e em locais dispersos nos distritos, mas alguns ainda permaneceram na comunidade submersa. Isto também de seu nas localidades do Paraizinho, Nazare e Auxiliadora

Enquanto a alagação tomava a comunidade, os moradores de São Carlos destacaram-se na ação reivindicatória realizando, com atingidos de outras comunidades, diversas audiências e reuniões com agentes do estado, bem como intensificaram as mobilizações políticas em Porto Velho. O profundo conhecimento do ambiente levou-os a chamar a atenção, desde o início, para nexos entre Santo Antônio e Jirau e o desastre anunciado.

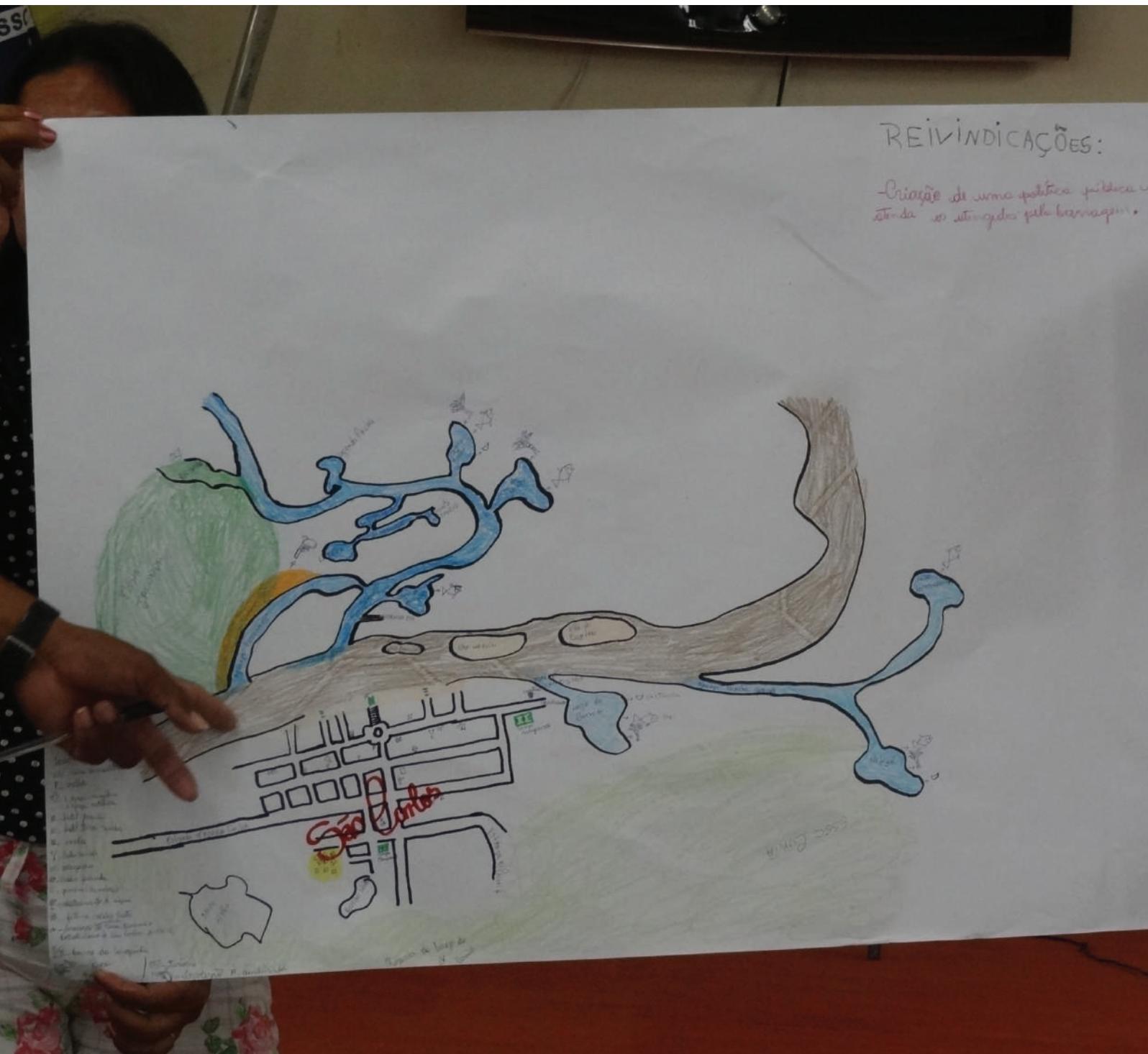
## Reprodução ou reconstrução dos espaços

**Ocupação da UHE Santo Antônio organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, em 17 de abril de 2014**

Após diversas manifestações, como a ocupação da UHE Santo Antônio, houve a decretação de seis áreas para desapropriação por utilidade pública, conforme as condições garantidas pelo Estado de calamidade pública. Pelo governo do Estado, mas nem todas ainda foram



FONTE: MAB-RO



adquiridas. Algumas localidades, principalmente no alto Madeira permanecem com a situação indefinida (os decretos se encontram no Diário Oficial do Estado de Rondônia dos dias 2 e 3 de julho de 2014).

Algumas pequenas localidades que estavam situadas em terrenos mais baixos se deslocaram para localidades na margem direita do Madeira, como nas áreas de terras altas chamadas de Cavalcante (que está sendo adquirida pela Prefeitura de Porto Velho, onde hoje estão cerca de 80 famílias) para o Bom Será, para Agrovila Rio Verde, Aliança e Nova Aliança. São elas: Itacoã, Terra Caída (e tinham 40 famílias cada), Pau d'Arco, a Ilha de Monte Belo (onde havia 28 famílias) e bairros mais alagadiços atrás de São Carlos, como o "bairro da invasão" ou "da conquista".

Em Cuniã, algumas unidades familiares foram afetadas nos núcleos Pupunhas e Silva Lopes (ao redor do lago central) e praticamente todas as casas do núcleo Araçá (no Igarapé Cuniã). Outros atingidos têm voltado para as suas localidades de origem, como na Boca do Jamari e Brasileira, na margem direita, e mais de 200 famílias de São Carlos, na margem

**Apresentação do mapa elaborado durante o Encontro Regional do Projeto Mapeamento Social, 2012, em Porto Velho. Destaca-se a vila da sede do distrito de São Carlos, na margem esquerda do rio Madeira, oposta à desembocadura do rio Jamari, alfuente colorido de azul, por ter águas menos barrentas que o rio Madeira, pintado de marrom**



**Ocupação por atingidos de São Carlos no entorno do P.A. Rio Madeira, em área onde estava se praticava a exploração madeireira.**  
**Fonte: MAB-RO**

esquerda. Vários pontos da vila de São Carlos ficaram inabitáveis e outros estão em condições de risco, devido ao desbarrancamento das margens, que se tornou mais intenso após a chegada das hidrelétricas, como no bairro Itapirema, onde moravam muitos pescadores. Mas a realocação das famílias permanece em processo. FONTE: MAB-RO, 2014

A região do baixo Madeira e do mosaico Cuniã-Jacundá é uma das principais áreas de tensão social e conflito entre a BR-364, a BR-319 e Candeias do Jamari. Na área do chamado “arco do desmatamento” entre Rondônia e Amazonas, segue resistindo uma importante parte da “floresta em pé” no estado de Rondônia, apesar dos reveses entre os extrativistas e os órgãos ambientais com vieses conservacionistas.

O reordenamento atual pode gerar uma organização do espaço que contribua para o enfrentamento do avanço da exploração madeireira ilegal na região. A ausência de vias rodoviárias na região do baixo Madeira e do mosaico Cuniã-Jacundá propicia menor penetração da atividade de extração de madeira, sendo a estrada que liga Porto Velho à localidade conhecida como Boca do Jamari, o principal acesso a região. Atualmente as famílias estão mais concentradas ao redor desta via.

Muitos moradores da sede do distrito de São Carlos e de outras localidades afetadas pela cheia que deixaram a margem esquerda estão se reassentando voluntariamente na margem direita. A tendência criada com o aumento da concentração de famílias nesta margem já levou inclusive à reocupação de áreas que estavam nas mãos de madeireiros, como em partes do entorno da Floresta Nacional (FLONA) do Jacundá e das áreas de Reserva Legal do P.A. Rio Madeira. Em decorrência disso, surgiram novas denúncias e operações de detenção dos madeireiros, responsáveis diretos pelo desmatamento e de seus respectivos equipamentos.

#### PROJETO NOVA CARTOGRAFIA

##### COORDENAÇÃO DO PROJETO

Luís Fernando Novoa Garzon  
 UNIR – Universidade Federal de Rondônia)

##### EQUIPE DE PESQUISA

Paula Stolerman  
 UNIR/PNCSA

Daniela Moreira  
 UNIR/PNCSA

João Marcos Rodrigues Dutra  
 UNIR/PNCSA/MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

##### EDIÇÃO

Lou-Ann Kleppa  
 UNIR

Luís Fernando Novoa Garzon  
 UNIR/PNCSA

##### FOTOGRAFIAS

Daniela Moreira

Paula Stolerman

João Marcos Dutra  
 UNIR

C122 Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 6 (ago. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014

v. : il. ; 30 cm.

Irregular.

Coordenação geral do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (CESTU/UEA/PPGCSPA) e Rosa Elizabeth Acevedo Marín (NAEA/UFPA/PPGCSPA).

ISSN 2359-0300

1. Conflitos sociais – Amazônia – Periódicos. 2. Comunidades tradicionais. 3. Desmatamento. 4. Territorialidade. 5. Cartografia. 6. Mapeamento social. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marín, Rosa Elizabeth Acevedo.

CDU 528.9:316.48(811)(05)

# CADERNO NOVA CARTOGRAFIA 6

AGOSTO 2014

A grande enchente na bacia do rio Madeira em 2014 é a representação mais dramática dos efeitos cumulativos de Santo Antônio e Jirau. As duas mega hidrelétricas, a primeira a 7 km de Porto Velho e a segunda a montante, apenas 84 km do território Boliviano estão instaladas sob barramentos consecutivos no maior afluente do rio Amazonas. Ao longo das áreas atingidas comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, camponesas e urbanas tiveram seus direitos violados de diferentes formas, seja pelo isolamento, pela retirada das fontes de trabalho e sustento familiar, como ocorreu com a desestruturação das atividades pesqueiras e o remanejamento de milhares de famílias agroextrativistas, das quais poucas foram precariamente reassentadas. A grande cheia demonstrou que no atual modelo do setor elétrico é o lucro no mercado de energia que determina a vazão das hidrelétricas, doa a quem doer.

PROJETO

**Mapeamento  
Social**



ISSN 2359-0300

PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO



APOIO

